

Introdução

O meu espaço de experiência profissional tem sido, há muito tempo, a sala de aula. Algumas observações nele efetivadas, muitas das indagações surgidas e a contínua busca de recursos compatibilizados com um fazer docente pautado pela seriedade me conduziram em direção ao Programa de Pós Graduação em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde me graduei e com o qual mantive contato indireto por meio de muitos de meus ex-alunos que a ele se dirigiam.

O exercício do meu ofício me sensibilizou para a necessidade de um aprofundamento de matriz metodológico-conceitual, para a atualização historiográfica e para o desenvolvimento apropriado de novas habilidades, como a da leitura de imagens articuladas ao respectivo contexto político, o que me daria mobilidade para realizar uma ampla gama de trabalhos.

As minhas atenções e preferências sempre estiveram centradas no estudo do Império do Brasil, em especial nos mecanismos de construção do Estado imperial e nos recursos diversos dos quais os dirigentes do Partido Conservador - à frente dos quais estava a Trindade Saquarema - se valeram para se constituir como dirigentes desse Estado e, em concomitância, dedicar-se à conformação dos brasileiros.

O trabalho desenvolveu-se sob duas temporalidades, a década de 1860, período de apogeu da direção saquarema, momento em que o Império do Brasil comemorava o triunfo da Ordem imperial: os tensos tempos das décadas de 1830 e de 1840 ficaram para trás, os exaltados foram vencidos, os levantes estavam debelados e o Império do Brasil testemunhava os benefícios do Progresso material, que sob os auspícios da Ordem efetivava as condições necessárias para que os que o dirigiam pudessem implementar os meios para que o Império vivenciasse, com plenitude, a condição da Civilização.

Vinte anos mais tarde, sob outras condições políticas, em um momento em que a Ordem imperial recebia intensas críticas, passando a ser associada ao comprometimento das liberdades e do Progresso, o que asfixiava a evolução do Brasil no sentido de se civilizar, levantaram-se as vozes abolicionistas, federalistas e republicanas, associando o regime monárquico ao passado, ao centralismo, ao escravismo, ao atraso.

Dentro desse recorte temático-cronológico debruicei-me sobre as razões elencadas pelos dirigentes do Estado imperial para, enquanto debelavam as diversas rebeliões que ameaçavam os padrões por eles definidos para a constituição e a afirmação da Ordem imperial, conformar os brasileiros e construir a identidade nacional. Era prioritário homogeneizar os súditos-cidadãos brasileiros e fidelizá-los à Ordem que se afirmava.

A preservação da integridade territorial do Império pressupunha medidas coercitivas e outras, de caráter civilizatório, tornando-se necessário que houvesse recursos mais sutis e de maior e mais profundo alcance, e esses recursos foram encontrados na difusão da instrução pública e da educação, na construção de escolas e no apoio e na proteção às belas artes, colocadas a serviço da construção da identidade nacional por meio do patrocínio a obras grandiosas nas quais estivessem registrados momentos significativos da vida do Império, bem como fossem destacados os personagens por eles responsáveis, homens que deveriam ser erigidos como exemplos para os brasileiros das presente e futuras gerações por meio da produção de biografias, pela escrita de livros relativos à História do Brasil, através da criação do IHGB e pela ampliação da atuação da AIBA, vinculada diretamente ao Imperador.

Percorrendo esse caminho, escolhi a estátua equestre de D. Pedro I e o intenso debate político que se instalou como desdobramento desse projeto, grandiosa obra em bronze sobreposta a um pedestal de granito e colocada no centro da Praça da Constituição, em meio a intensas discussões que contrapunham duas memórias antagônicas. A dos Liberais, para os quais o vulto a ser homenageado com propriedade era José Bonifácio, o dia a ser comemorado como aquele em que a liberdade realmente havia raiado para os brasileiros, o 7 de abril e que se referiam ao projeto conservador com sendo uma restauração indevida. E a outra, dos Conservadores, que buscavam lançar novas luzes sobre a figura do primeiro imperador, efetivamente para desconstruir a persona associada aos atos pautados pelo autoritarismo - o que muito o comprometeu - e projetá-lo como aquele que legou aos brasileiros a liberdade respaldada pela Ordem, o que preservou o novo império dos graves problemas de matriz política vividos pelos vizinhos latino-americanos, novos Estados também em fase de constituição.

Na verdade, ao erigir a estátua do primeiro imperador, ao impô-la aos brasileiros, os Conservadores inscreviam, na praça pública, o vitorioso princípio da Ordem.

A inauguração da estátua, em meio a uma cerimônia marcada pela pompa, também assegurou a exposição da obra saquarema à contemplação dos brasileiros, ao inscrevê-la nas almas deles, impregnando-as, garantindo, dessa forma, o território alvo da expansão para dentro. Fatores de ordem externa – as pressões da política externa do Império britânico e os vizinhos Estados latino-americanos – fizeram com que o Império do Brasil nascesse condenado à impossibilidade de uma expansão nos moldes tradicionais.

O estudo dessa questão foi respaldado pelos escritos de muitos de seus protagonistas, obtidos em diversas edições dos jornais Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Comércio.

Para dar continuidade ao estudo, o objeto por mim escolhido para trabalhar essa singular expansão foi a tela de Pedro Américo, o belo trabalho intitulado “Independência ou Morte”, que ocupa o salão nobre do Museu Paulista, espaço dedicado à rememoração da independência, cravado no sítio histórico em que ela teve lugar. Nesse complexo momento o regime monárquico e a Ordem imperial eram alvejados por muitas e rigorosas críticas que os associavam ao passado, ao atraso, à asfixia da liberdade.

O recurso de que os Conservadores lançaram mão estava, mais uma vez, no campo das representações simbólicas. Tornara-se novamente necessário homogeneizar os brasileiros: rememorar o 7 de setembro através da mais expressiva obra sobre ele produzida significava, pensavam os dirigentes imperiais, - por meio de lições ministradas pela “ciência do belo”, expressão registrada por Pedro Américo em um texto escrito em Florença, em 31 de Janeiro de 1888 - , reinscrever nas almas dos brasileiros o momento maior da História do Brasil e redespertá-los para o legado do regime monárquico, a liberdade e a ordem, mais uma vez reafirmando a vinculação dos brasileiros à Ordem imperial.

Debrucei-me sobre a atuação da AIBA, a verdadeira missão que seus membros chamaram a si, impregnando-se sincera e enfaticamente da responsabilidade de instruir e de promover o esclarecimento dos brasileiros. A Academia teceu o seu próprio projeto com os fios usados pelos dirigentes imperiais para a tecitura dos brasileiros, o que facilmente se explica por também

serem seus membros convictos componentes da direção saquarema. Para respaldar o meu texto, apoiei-me em especial em dois dos mais significativos vultos da Academia, Porto Alegre e Pedro Américo, dando-lhes espaço e voz.